

Charms of Child and Youth-Servuces: work of the legal psychology sector of the public defender's office of Alagoas

Encantos do Atendimento Infantojuvenil: atuação do setor de psicologia jurídica da Defensoria Pública de Alagoas

SILVA, Jociele Vieira da ⁽¹⁾; LÚCIO, Livia Maria Rodrigues ⁽²⁾; SILVA, Ingrydy Lara Araújo ⁽³⁾; SILVA, Roberta Cavalcante da ⁽⁴⁾; OLIVEIRA, Yasmin Fortaleza de ⁽⁵⁾; MAGALHÃES, Caroline Cavalcanti Padilha ⁽⁶⁾; SIMIÃO, Fernanda Cristina Nunes ⁽⁷⁾; BARBOSA, Lidiane dos Santos ⁽⁸⁾

- ⁽¹⁾  0009-0001-6289-3524; Universidade Federal de Alagoas, Discente de Psicologia, Estagiária - extensionista do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Pesquisadora, Brasil. jociele.silva@arapiraca.ufal.br.
- ⁽²⁾  0009-0006-9806-1523; Universidade Federal de Alagoas, Discente de Psicologia, Estagiária - extensionista do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Pesquisadora, Brasil. livia.lucio@arapiraca.ufal.br
- ⁽³⁾  0000-0003-2441-7014; Universidade Federal de Alagoas, discente de Psicologia, pesquisadora voluntária do Ciclo Pibic 2024-2025 sobre Psicologia Escolar e Educacional, integrante do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Brasil. ingrydylara@gmail.com
- ⁽⁴⁾  0009-0003-9498-381X; Defensoria Pública Estadual de Alagoas, Psicóloga Jurídica, pesquisador/a, Brasil. rober-ta.cavalcante10@gmail.com
- ⁽⁵⁾  0009-0009-2828-6219; Universidade Federal de Alagoas, Discente e Estagiária, pesquisadora, Brasil. fortalezayas-mino30@gmail.com
- ⁽⁶⁾  0009-0008-2447-3407; Universidade Federal de Alagoas, docente de Psicologia, Co-coordenadora do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Brasil. carolpadilha@palmeira.ufal.br
- ⁽⁷⁾  0009-0007-3395-5347; Universidade Federal de Alagoas, docente de Psicologia, Co-coordenadora do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Brasil. fernanda@palmeira.ufal.br
- ⁽⁸⁾  0000-0003-1244-0719; Universidade Federal de Alagoas, docente de Psicologia, Co-coordenadora do Núcleo de Psicologia Jurídica da UFAL, Brasil. lidiane.barbosa@palmeira.ufal.br

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

This work addresses the practice of child and adolescent care provided by the Psychology sector of the Public Defender's Office of the State of Alagoas (DPE/AL). At the interface of Psychology and Law, the sector aims to demonstrate the importance of welcoming this population, considering the sensitivity and care involved. The service assists children of separated parents, children in situations of social, economic, and, in the vast majority of cases, emotional vulnerability, offering a welcoming and playful space, acting to guarantee rights foreseen in the ECA (Statute of the Child and Adolescent), especially those related to socio-emotional development and health. In this sense, through a qualitative-quantitative documentary research, the aim was to show the relevance of the care provided to this population in the legal context, based on data collected from the services provided by the sector between September 2021 and April 2025. A contribution to the protection and promotion of rights.

RESUMO

Este trabalho versa sobre a prática do atendimento infantojuvenil realizado pelo setor de Psicologia da Defensoria Pública Estadual de Alagoas (DPE/AL). Na interface Psicologia e Direito, o setor visa apresentar a importância do acolhimento a este público, considerando a sensibilidade e o cuidado implicados. O serviço atende filhos de pais separados, crianças em vulnerabilidade social, econômica e, na grande maioria dos casos, afetiva, ofertando um espaço de acolhimento e ludicidade, atuando na garantia de direitos previstos no ECA, especialmente os de desenvolvimento socioemocional e saúde. Neste sentido, através de uma pesquisa documental de caráter quali-quantitativo, buscou-se mostrar a relevância do atendimento prestado a este público no contexto jurídico, com base nos dados coletados nos atendimentos realizados pelo setor no período de setembro de 2021 a abril de 2025. Uma contribuição para a proteção e promoção de direitos.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 26/11/2025

Aprovado: 03/06/2026

Publicação: 11/08/2026



Keywords:

Child and Adolescent Care; Legal Psychology; Guarantee of Rights

Palavras-Chave:

Atendimento Infantojuvenil; Psicologia Jurídica; Garantia de Direitos

Introdução

A concepção de infância, tal como a entendemos atualmente, começou a se delinear no século XIII, mas foi apenas entre os séculos XVI e XVII que essa fase passou a ser gradualmente reconhecida como um estágio distinto do desenvolvimento humano. Atualmente, entende-se que, do ponto de vista psicológico, a infância é compreendida como um período crítico para a formação da subjetividade, da identidade e das estruturas emocionais e cognitivas do indivíduo (Aries, 1981). Nesse sentido, o olhar contemporâneo reconhece a criança não apenas como um ser em formação, mas como sujeito ativo de direitos, emoções e significados, que necessita de cuidados, proteção e, sobretudo, escuta qualificada, tal como aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.

A escuta da criança, portanto, vai além da simples atenção às suas palavras: implica considerar suas expressões simbólicas, afetivas e comportamentais dentro do contexto em que está inserida. Essa escuta deve ser sensível às especificidades do desenvolvimento infantil e às experiências singulares vividas por cada criança. Dentre os diversos espaços que favorecem essa escuta atenta e acolhedora, a psicoterapia ocupa um lugar de destaque, funcionando como um campo privilegiado para acessar as vivências infantis e promover o cuidado integral, respeitando os tempos, as narrativas e a complexidade do mundo interno da criança (Haubert & Vieira, 2014; Telles, 2014).

A psicoterapia, no contexto da psicologia infantil, é compreendida como uma forma de intervenção clínica que se dedica ao cuidado do sofrimento psíquico da criança, utilizando recursos essencialmente psicológicos e adaptados às suas formas de expressão. Mais do que apenas eliminar sintomas, a psicoterapia infantil busca compreender a criança em sua totalidade – suas emoções, vínculos, comportamentos e formas de interagir com o mundo. Trata-se de um espaço de escuta sensível, no qual o terapeuta se volta à compreensão da criança em seu contexto familiar, escolar e social, reconhecendo-a como sujeito em desenvolvimento e portadora de uma linguagem própria, muitas vezes expressa por meio do brincar, do desenho e da imaginação (Ayres & Barreira, 2014). Sendo assim, a psicoterapia infantil se configura como um importante instrumento de cuidado psicológico, oferecendo um espaço de acolhimento, simbolização e desenvolvimento, que favorece não apenas a diminuição de sintomas, mas o fortalecimento da saúde mental e emocional da criança.

Esse estudo parte do contexto de uma prática extensionista e de estágio que vem acontecendo através do Núcleo de Psicologia Jurídica (NPJ) fundado pela Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, por docentes e discentes do curso de Psicologia. O NPJ está ligado ao setor de Psicologia Jurídica, instalado na Defensoria Pública Estadual de Alagoas – DPE/AL, no município de Arapiraca, e tem por intuito garantir a atenção e o acolhimento aos assistidos que procuram esse órgão, através de

plantões de escuta, aconselhamento psicológico e participação em intervenções interdisciplinares, possibilitando, assim, a atenuação do sofrimento psíquico desses indivíduos que chegam com dificuldade de lidar com o que os levou até o serviço. Nesse sentido é oferecida uma escuta qualificada, a fim de diminuir as inquietações e prestar esclarecimentos, ajudando a ampliar as estratégias destes para o enfrentamento dos seus problemas junto a Defensoria.

Atendendo a todos os públicos da instituição, o setor realiza ações de acolhimento, aconselhamento e psicoterapia breve individual, além de auxiliar em casos de mediação de conflitos. Uma vertente dos atendimentos é o acolhimento e a psicoterapia com crianças e adolescentes. De setembro de 2018 - período de inserção do setor na instituição - até abril de 2025 - tempo de construção deste estudo, -, foram realizados 197 atendimentos a crianças e adolescentes de 3 a 17 anos de idade. Dentre as principais demandas atendidas, destacam-se situações decorrentes do divórcio dos pais, processos de alienação e abandono parental, manifestações de sofrimento emocional, como comportamentos autodestrutivos e outras condutas que geram prejuízos pessoais e/ou sociais, questões escolares relacionadas a Transtornos do neurodesenvolvimento e do comportamento, tais como transtorno oppositor desafiador (TOD), transtorno ansioso, transtorno de hiperatividade, de atenção ou transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Além disso, chegam demandas relacionadas a violência familiar e abuso sexual.

Desse modo, este estudo objetiva elucidar a atuação do setor de psicologia jurídica da Defensoria Pública Estadual de Alagoas especificamente no que se refere ao atendimento infantojuvenil que realiza. Além disso, busca-se identificar as especificidades dentro desta modalidade de atendimento, entender os efeitos da ludicidade no acolhimento e psicoterapia infantil, e expor as principais demandas acolhidas.

Para tanto, a metodologia usada neste estudo é a de pesquisa documental que ao extrair informações presentes nos documentos, permite um estudo aprofundado sobre os fenômenos apresentados, conforme indicam Lima Junior et al. (2021). Em seguida, tratando-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, buscou-se agregar de modo complementar os dados do atendimento sociojurídico e, posteriormente, produzir uma análise sobre a relação das informações coletadas. Com esse propósito, realizou-se uma discussão de natureza teórica sobre o assunto com base em uma revisão bibliográfica de artigos científicos, livros e dos dados obtidos através dos atendimentos realizados pelo Setor de Psicologia da Defensoria Pública Estadual de Alagoas - DPE/AL.

Um mundo à parte: as especificidades do atendimento infantojuvenil

O atendimento psicológico infantil é um encontro delicado entre dois mundos, numa intersecção entre o mundo do adulto (psicólogo/a) e o da criança. É uma prática complexa, sensível e simbólica, em que os gestos, o silêncio e a forma de brincar carregam significados que vão muito além das palavras. Primordialmente, quando esse cuidado acontece em contextos de vulnerabilidade social e jurídica, como nos atendimentos realizados na

Defensoria Pública, os desafios se intensificam, e a escuta precisa se tornar muito mais atenta, cuidadosa e empática. A criança, está longe de ser um adulto em miniatura, tem suas formas genuínas de sentir, e se expressar - sejam sonhos, sejam sofrimentos. Em seu modo pueril, comunica o que vive com o corpo, com os olhos, com o silêncio e principalmente, com o brincar que, na maior parte das vezes, diz o que as palavras ainda não conseguem alcançar.

Para Winnicott (1975), é no brincar que a criança encontra sua forma mais verdadeira de comunicação. Nesse sentido, suas dores aparecem escondidas em desenhos aparentemente inocentes, nas histórias que inventa ou nos personagens que escolhe para representar suas emoções, mesmo que de forma simbólica seus afetos, medos, desejos e até os traumas mais difíceis de nomear. Nessa lógica, estabelecer vínculo com uma criança em processo terapêutico é um caminho que exige paciência, tempo, sensibilidade e acima de tudo, a habilidade de suspender a racionalidade adulta de compreensão do mundo. Logo, cabe ao psicólogo ter a sensibilidade de enxergar além do óbvio, de acolher sem pressa e construir, junto com a criança, um espaço de confiança e cuidado.

Diante do exposto, na atuação jurídica, muitas vezes o sofrimento psíquico da criança está atravessado por múltiplas formas de violências, negligência, abandono, abuso, disputas familiares. São atravessamentos que refletem diretamente na forma como elas se expressam. Diferente do adulto, não chegam à sessão com uma narrativa ensaiada sobre o sofrimento. Nesse sentido, a criança e o adolescente comunicam-se por meio do corpo, com o olhar, com o silêncio e, muitas vezes, com atitudes que podem ser mal interpretadas por quem não está atento ao seu universo emocional. Assim, pode, então, demonstrar resistência, ficar irritada, evitar o contato, ou até mesmo repetir insistentemente o que o psicólogo diz. Diante disso, é necessário não apenas preparo técnico, mas também sensibilidade e escuta qualificada, é preciso estar disponível para adentrar ao universo infantil.

Nesse processo, é essencial que a escuta seja cuidadosamente adaptada ao nível de desenvolvimento da criança. Esperar dela uma comunicação linear e verbalizada, apenas presente na maturidade da adultez, é desconsiderar sua fase de desenvolvimento e seus limites emocionais. Piaget e Inhelder (2003), nos mostra que o modo como a criança entende o mundo depende diretamente de sua maturidade emocional e social. Sendo assim, crianças pequenas organizam seus pensamentos de forma concreta, usam o brincar como linguagem central e, quando perturbadas emocionalmente, podem expressar suas angústias por meio de comportamentos aparentemente desorganizados, como agressividade, irritação ou retraimento. Nesse viés, é necessário, então, por parte do profissional, mais do que interpretar

o que a criança diz, mas sim se dispor a deixar de lado, por um momento, as certezas adultas, para verdadeiramente habitar a lógica da infância.

Portanto, é fundamental, dentro do processo terapêutico infantil, o uso de materiais lúdicos, brinquedos, desenhos, fantoches que funcionam como pontes entre o mundo da criança e a realidade compartilhada com o profissional. Esses recursos possibilitam que o sofrimento venha à tona de maneira menos ameaçadora. Além disso, o uso desses recursos respeita os tempos psíquicos da criança, que, muitas vezes, precisa de várias sessões apenas para explorar, testar, repetir e aos poucos, começar a elaborar aquilo que sente. Cada escolha de brinquedo, histórias contadas, e até mesmo gestos repetitivos carregam significados que o psicólogo, com uma escuta sensível e afiada, precisa ser capaz de compreender. É um trabalho minucioso, em que o profissional tem o dever de se posicionar como um facilitador desse processo.

Os monstros debaixo da cama: principais demandas atendidas

No que tange ao atendimento psicológico infantojuvenil na Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE/AL), as demandas chegam por duas principais vias: a espontânea, no qual o assistido junto com seu responsável procura diretamente o serviço para acompanhamento; e por meio do encaminhamento de outros setores, tais como, o Núcleo de Saúde, Triagem e Recepção quando observam a necessidade de uma escuta atenta e qualificada.

Neste cenário, a partir de informações extraídas dos Registros de Atendimento e Termos de Consentimento assinado pelos responsáveis, foi possível elencar as demandas de atendimento através da análise dos registros psicológicos do Núcleo de Psicologia da DPE/AL. Iniciou-se com a seleção de categorias descritivas pelas autoras que foram: crianças, pais separados, pensão e guarda. Assim, com o estabelecimento destas categorias, houve a identificação de 197 atendimentos a crianças e adolescentes de 3 a 17 anos, os quais foram realizados entre setembro de 2021 (início do trabalho do setor psicológico no serviço) a abril de 2025 (momento da pesquisa), em que 131 deles foram de casos relacionados à separação dos pais ou de questões derivadas e 66 de casos variados entre abuso, crises de ansiedade, comportamento e auto lesão.

Este levantamento está em consonância com os apontamentos de Alvarenga Filho (2010), que destaca a importância de o profissional da Psicologia em contextos de atendimentos sociojurídicos fundamentar-se em uma prática ética e política de modo a não reproduzir e legitimar processos violentos, contribuindo para potencializar a autonomia e a construção de novas visões de mundo, sempre refletindo sobre o quanto nosso espaço de saber-poder pode impactar a dinâmica de vida dos assistidos.

Diante das demandas supracitadas, também é fundamental que o psicólogo ao atender o público infantojuvenil se utilize de técnicas mais específicas a fim de compreender a visão de mundo destes assistidos, assim, realizando uma escuta mediada não só pela comunicação

verbal, mas, também pela ludicidade, com o desenho, pintura e jogo. Buscando, assim, um acolhimento fundamentado nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na promoção do bem-estar desta faixa etária, de maneira a fortalecer o protagonismo e a relação destes sujeitos com eles mesmos e com os outros (Vicentin, 2016).

Com efeito, o atendimento psicológico com crianças e adolescentes no contexto jurídico representa um espaço de promoção da escuta e autonomia frente às demandas trazidas por esse público, que possui seus próprios contextos, histórias e convicções. A ludicidade, neste sentido, pode emergir como uma ferramenta para o enfrentamento e superação das angústias, de modo a possibilitar retirar, finalmente, os “monstros” debaixo da cama.

O lúdico da Psicologia: dos rabiscos aos instrumentos psicológicos

O universo infantil é essencialmente entendido através do simbólico, crianças falam por meio do corpo, dos gestos e, principalmente, através das brincadeiras. Diferentemente dos adultos, cuja linguagem verbal é a principal forma de expressão. O modo de se expressar das crianças é mais sensível e adaptado à ludicidade e ao mundo das fantasias. Dessa forma, dentro do contexto do atendimento infantil prestado pelo setor de Psicologia da Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DPE/AL), os instrumentos ao serem utilizados nos atendimentos precisam respeitar essa linguagem infantil, não apenas dentro de um contexto de avaliação, mas sim como uma estratégia de facilitação e fortalecimento dos vínculos, e acolhimento a essas crianças.

Dessa maneira, entre os recursos que mais são utilizados, encontram-se os testes projetivos, que tem como objetivo acessar conteúdos da personalidade da criança por meio de diferentes estímulos, como desenhos, histórias ou manchas no papel. Segundo Anzieu (1978), o indivíduo ao realizar um teste projetivo, tem respostas de acordo com seu mundo subjetivo e interior, além de conseguir projetar seus medos, desejos, conflitos e aspectos de sua estrutura psíquica que não seriam perceptíveis sem o auxílio dos testes projetivos. Em crianças, essa projeção utilizada como base nos testes ocorre de maneira natural e espontânea por meio do brincar, do desenhar, ou no exercício de contar histórias – essas atividades são vistas como lúdicas, e quando bem conduzidas, podem oferecer e revelar elementos essenciais presentes na subjetividade das crianças.

No setor de Psicologia da DPE/AL, alguns testes projetivos têm sido utilizados de forma ampla com o objetivo de compreender aspectos emocionais, familiares e principalmente identitários das crianças. Um deles é o ***House-Tree-Person*** (Casa-Árvore-Pessoa), popularmente conhecido pela sigla HTP, desenvolvido por John N. Buck, em 1948, que tem a edição mais recente em 2024, envolve três desenhos: uma casa, uma árvore e uma pessoa. Cada elemento desenhado representa aspectos distintos da personalidade dessa criança: a casa, é relacionada à segurança emocional que é dada a essa criança e as vivências dentro dos

ambientes familiares; a árvore, é relacionada a vitalidade e ao desenvolvimento emocional e de vida do assistido; e a figura humana desenhada, aos traços de autoimagem e a identidade própria. É feita uma entrevista posteriormente com o assistido, o que permite uma leitura integrativa dos desenhos com o histórico de vida da criança (Retondo, 2000).

Outro teste, esse sistematizado por Louis Corman (2003), o teste do **Desenho da Família**, oferece uma leitura ampliada e simbólica sobre os laços familiares e afetivos da criança. O entrevistador pede para que a criança desenhe uma família da forma que preferir, permitindo que seja observado como a criança organiza as figuras presentes naquela família — quem aparece, qual membro da família está ausente, se há distanciamento entre os membros da família desenhados e como são feitas as características retratadas dessas pessoas. Posteriormente, é pedido que a criança descreva aquele desenho da família, e essas falas sobre os personagens e suas relações, se tornam mais reveladoras até do que o próprio desenho que a criança apresentou.

Já o teste desenvolvido por Machover (1949), chamado de teste do **Desenho da Figura Humana** (DFH), permite que o aplicador observe como a criança constrói as imagens sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre o outro a partir de um desenho de uma pessoa. São anotados todos os detalhes dos desenhos, suas sequências, os detalhes que são excluídos ou omitidos no desenho da figura humana, o tempo de execução e os comentários que podem ser feitos pelo assistido durante a aplicação do teste. Esses detalhes são dados valiosos para a investigação de questões emocionais, autoestima, insegurança e conflitos com a identidade da criança.

Além desses instrumentos projetivos utilizados na DPE/AL, outra técnica projetiva temática, que também é verbal-escrita, é um recurso significativo chamado **“Pai ou Mãe Real e Ideal”**, no qual é pedido a criança que descreva como são seus pais atualmente com características, atitudes, entre outras coisas. Posteriormente, é pedido para que a criança diga ou escreva como ela gostaria que esses pais fossem. Esse recurso pode revelar possíveis frustrações, desejos que não são atendidos por esses pais, e idealizações, sendo útil nos atendimentos que tem como ponto de partida o conflito de guarda, a ausência parental ou sentimentos ambivalentes em relação aos genitores da criança.

É importante ressaltar que a prática clínica no setor de Psicologia da DPE/AL valoriza especialmente a espontaneidade e a criatividade que partem do mundo subjetivo da criança. Desse modo, é comum o deixar livre, para que a criança utilize lápis de cor, canetinhas ou tinta guache como instrumentos de expressão. Esses momentos não seguem um roteiro específico, pois permitem que a própria criança crie à vontade e de acordo com seu ritmo, representando, muitas vezes, por meio dos desenhos, cenas familiares, personagens de desenhos animados que são seus favoritos ou até mesmo formas de desenhos abstratas.

A liberdade de expressão dada a essa criança, aliada à escolha de cores e os temas representados nos desenhos, oferecem ao profissional da psicologia pistas que são de extrema

importância no que se diz respeito aos estados emocionais da criança, temas que são latentes em seus pensamentos e conteúdos simbólicos que podem estar na elaboração subjetiva e que são externalizados por meio dos desenhos. Além disso, o ato de desenhar livremente também proporciona benefícios na autorregulação emocional, além de gerar uma sensação de segurança e controle, especialmente por não haver regras fixas a seguir — o que favorece a espontaneidade e a expressão autêntica dos afetos (Liebmann, 2000; Silva, 2010).

Neste sentido, o uso de recursos lúdicos adaptados tem se mostrado um instrumento fundamental para o acesso de conteúdos emocionais e como aliados no fortalecimento de vínculo terapêutico. O chamado “**Baralho das Emoções**”, por exemplo, contém cartas que são ilustradas com diferentes expressões afetivas, e é utilizado com o objetivo de que haja um auxílio para a criança ao tentar reconhecer, nomear e diferenciar as emoções presentes no seu dia a dia. Consequentemente, ele favorece o desenvolvimento do vocabulário oral que diz respeito aos aspectos emocionais e a autorregulação afetiva — principalmente em crianças que verbalizam pouco ou que apresentam o silenciamento emocional como mecanismo em contextos de sofrimentos psíquicos (Silva, 2010).

O jogo de baralho **UNO**, é outro recurso fundamental utilizado, além de ser um dos preferidos pelas crianças. Embora seja um jogo popular no Brasil e no mundo, no contexto clínico no atendimento de crianças ele cumpre uma função primordial, o reforçamento do vínculo psicoterapêutico.

Assim, o ato dessa criança jogar junto promove um ambiente que é simbolizado pela confiança, pelo lúdico e a cooperação, quebrando as barreiras iniciais das relações e favorecendo a aproximação segura entre a(o) psicóloga(o) e a criança. Durante o jogo, é possível perceber falas espontâneas, comportamentos significativos e elementos que favorecem a expressão emocional e as relações do infante. Mesmo que não haja intervenções direcionadas e pontuais, o valor do UNO está, sobretudo, na convivência simbólica desta criança, além de, fortalecer os espaços de acolhimento e escuta. Segundo Cruz e Righetti (2009), o jogo funciona como uma ponte simbólica entre terapeuta e criança, permitindo a construção conjunta de significados e a escuta de conteúdos que, de outra forma, não seriam verbalizados.

As **massinhas de modelar**, material muito usado para expressões artísticas, também são muito utilizadas no setor de Psicologia, pois seu resultado mostra os recursos expressivos não-verbais da criança. Assim, ao criar personagens, cenários e formas com a massinha, a criança pode fornecer configurações simbólica a experiências internas difíceis de nomear ou verbalizar, o que é especialmente importante nos primeiros anos de vida, quando ainda não há pleno domínio da linguagem (Levisky, 1997). O modo como a criança manipula a massinha, as cores que escolhe e os temas apresentados revelam aspectos de sua organização psíquica,

medos, fantasias e desejos, permitindo ao psicólogo interpretar com mais profundidade os sinais emocionais ali representados (Papalia & Feldman, 2013).

Por fim, o **jogo Jenga**, assim como o UNO, é utilizado como reforço ao vínculo afetivo que está sendo construído naquele espaço psicoterapêutico. Além disso, pode ser aplicado também como uma ferramenta simbólica, com o objetivo de trabalhar temas como equilíbrio, sentimentos ou desafios que o psicólogo pode proporcionar ao assistido de maneira leve e criativa. A possibilidade de derrubar a torre do Jenga, gera reações espontâneas, conversas, e além do mais, pode-se observar possíveis intolerâncias a frustrações, estratégias de regulação emocional e o manejo da ansiedade – condições que são frequentemente mobilizados em crianças expostas a conflitos familiares, uma demanda muito presente nos contextos jurídicos da DPE/AL.

Portanto, os testes projetivos e os recursos lúdicos utilizados pelo setor de Psicologia da Defensoria Pública do Estado de Alagoas, constituem uma variedade técnica-afetiva a serviço do zelo e do cuidado. Estas, não só favorecem o acesso à subjetividade de cada criança, mas também promovem o vínculo afetivo, o acolhimento e a dignidade do atendimento prestado. Dessa forma, o brincar, o modelar, o desenhar e o jogar tornam-se mais do que simples atividades, se tornam ferramentas para a escuta clínica, e auxílio na comunicação simbólica, como já apontava Winnicott (1975), e nesse contexto, tornam-se instrumentos de garantia de direitos dentro dos contextos jurídicos.

O mundo mágico: o setor de psicologia da Defensoria

Crianças e adolescentes funcionam de forma diferente dos adultos (Silveira, 2003). Estão descobrindo o mundo, a vida e a si mesmos. Isso significa que as coisas não são tão fáceis para elas, na verdade, algumas experiências podem ser bem complexas de atravessar. Há uma gama de dúvidas, vergonha, medos e emoções que soam difíceis de lidar ou compreender, como um quebra-cabeça de muitas e pequenas peças que leva algum tempo para ser organizado e devidamente montado.

Cientes disso, a relação de segurança e conexão emocional estabelecidas entre a criança e o profissional, é crucial para o sucesso do atendimento, pois a criança precisa se sentir compreendida e segura para se abrir e explorar suas questões emocionais e comportamentais (Rodrigues & Mishima-Gomes, 2013). Como já dito, o Setor de Psicologia da DPE/AL acredita em um atendimento infantojuvenil que preza, antes de tudo, pelo cuidado, acolhimento e afeto aos pequenos grandes mundos que adentramos, principalmente tendo em vista que, estando em contexto jurídico, o infante é encaminhado para o Setor já estando, de algum modo, em vulnerabilidade psicológica.

Criar um vínculo com esse público é um processo delicado e que exige cuidados específicos. É essencial respeitar o tempo da criança ou jovem para que se sinta à vontade, as pausas que precisa e o ritmo em que se sente seguro para se abrir. Assim, o processo não é visto

como uma obrigação, o que facilita a abertura para trabalhar tópicos mais difíceis no futuro (Rodrigues & Mishima-Gomes, 2013).

Isto posto, definimos alguns cuidados essenciais. Um dos primeiros pontos é compreender o funcionamento da criança ou adolescente assistido, para colher informações que nos ajude a tornar o nosso encontro algo confortável. Em suma, trata-se de personalizar o atendimento para as necessidades daquela criança ou adolescente. Estar ali para e com ela, respeitando seu espaço e processo para acessar cada emoção, e se atendo a como estas são recebidas e processadas e quais reações trazem. É dentro deste momento também que compreendemos a sua realidade, e como é constituído seu ambiente e suas relações, uma vez que, segundo Meireles (2013), esses são fatores que impactam diretamente seu desenvolvimento e bem-estar.

Por isso, o Setor de Psicologia utiliza recursos diversos como o desenho, o brincar, histórias, jogos, pintura, músicas, danças, personagens, atividades e outros, que permitem a expressão de sentimentos, medos e desejos que dificilmente seriam verbalizados diretamente (Ribeiro & Gomes, 2020). Outro ponto, refere-se ao uso dos instrumentos mencionados, aliado à observação atenta. Os estagiários-extensionistas do Setor, sob orientação profissional, identificam sinais que impactam a subjetividade da criança ou adolescente e que poderiam passar despercebidos em outros contextos ou por profissionais com menos preparo para esse tipo de escuta.

Nessa perspectiva, durante o atendimento, o foco não se limita ao que é verbalizado, mas se estende ao que é demonstrado no comportamento, nas expressões faciais, na forma de interação, na escolha dos jogos, brinquedos ou atividades, nos incômodos demonstrados e no próprio brincar. Essas observações fornecem *insights* valiosos sobre o mundo interno infantojuvenil e ajudam a definir a melhor abordagem e o cuidado a ser oferecido para cada caso, indicando quais intervenções serão mais eficazes e benéficas (Melo & Miccione, 2023). É como um delicado e significativo jogo de mímica, onde a mensagem secreta corresponde às questões e emoções que ela não consegue comunicar e às quais ela não sabe lidar (ainda).

Em suma, o serviço entende que é fundamental compreender a subjetividade do infante e garantir seu acolhimento. Através de técnicas lúdicas, observações clínicas e demais recursos, o Setor de Psicologia da DPE/AL consegue acessar emoções ocultas, validá-las e auxiliar a criança ou adolescente a processar suas experiências. A escuta qualificada e a utilização de instrumentos específicos permitem ao serviço ir além da narrativa superficial, buscando acessar a verdadeira voz do assistido e fornecer um suporte especializado e completo, garantindo que suas necessidades psicológicas e emocionais sejam atendidas e que ele tenha um espaço seguro para expressar suas angústias. Dessa forma, nosso Setor se propõe a funcionar como um “baú mágico”, um espaço seguro onde cada criança e jovem pode guardar

seus “tesouros” que são as experiências significativas, os medos e os conflitos. Com o apoio e a escuta cuidadosa e qualificada dos profissionais, baseada na empatia e acolhimento, buscamos compreender esses conteúdos, para, com isso, transformar os desafios em processos de elaboração e, quem sabe, crescimento emocional.

Considerações finais

O atendimento infantojuvenil realizado pelo setor de psicologia da DPE/AL constitui uma prática essencial da promoção de direitos dos seus assistidos, em especial, para crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade sociopsicológica. Um contexto que demonstra a importância da interface Psicologia e Direito, uma vez que o contexto jurídico lida diretamente com a dimensão subjetiva, associando - a aos contextos sociais e familiares que a atravessam.

Ao longo do estudo, observou-se que o uso de recursos lúdicos, testes psicológicos, jogos e os mais variados brinquedos e a escuta qualificada, configuram caminhos privilegiados para tornar a sala de atendimento infantil um mundo simbólico, de aspecto “mágico”, onde as massinhas ganham vida, os legos constroem pontes, as tintas pintam mais do que desenhos, revelando histórias, medos e sonhos que são acolhidos e transformados.

Portanto, diante da realidade das pessoas assistidas nesse setor, com demandas e vivências - que revelam aspectos de violência, negligência, abandono, entre outros -, espaços de cuidado como o descrito assumem o papel de “portais mágicos”, verdadeiras chaves que abrem caminhos para o mundo subjetivo da criança. Nesse cenário simbólico, o psicólogo atua como um guardião, respeitando o tempo, traduzindo os sinais e reconhecendo a potência da infância e da juventude, protegendo os encantos internos que cada um carrega em sua trajetória de vida.

Declaração de conflito de interesses: Os autores afirmam que não possuem quaisquer interesses financeiros, comerciais, pessoais ou acadêmicos que possam ter influenciado os resultados ou a interpretação deste manuscrito.

Declaração de uso de inteligência artificial: Ferramentas de inteligência artificial generativa foram utilizadas exclusivamente para tarefas de edição linguística, padronização de referências e aprimoramento da clareza textual. As ferramentas não foram empregadas para gerar ideias, hipóteses, interpretações, análises, resultados ou conclusões científicas. Os autores confirmam que o manuscrito não contém conteúdo fabricado, manipulado ou produzido integralmente por IA, e que todas as informações foram verificadas manualmente. Os autores assumem total responsabilidade ética e científica pelo conteúdo final.

REFERÊNCIAS

- Alvarenga Filho, J. R. (2010). *Seguindo estrelas e alimentando utopias: O desabrochar das muitas pétalas* [Following stars and nurturing utopias: The blossoming of many petals]. In C. E. Nórté, R. Macieira, & A. L. Furtado (Orgs.), *Formação: Ética, política e subjetividades na Psicologia* [Education: Ethics, politics and subjectivities in Psychology] (pp. 116–135). Conselho Regional de Psicologia.
- Anzieu, D. (1978). *Os métodos projetivos* [Projective methods]. Campus.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* [Social history of the child and the family] (D. Flaksman, Trad., 2ª ed.). LTC.
- Ayres, J. R., & Barreira, M. C. S. M. (2014). O cuidado, os modos de ser (do) humano e as práticas de saúde [Care, human ways of being, and health practices]. *Saúde em Debate*, 38(103), 740–749. <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140067>
- Corman, L. (2003). *O teste do desenho da família* [The family drawing test]. Casa do Psicólogo.
- Cruz, H., & Righetti, R. (2009). Terapia de família com crianças pequenas [Family therapy with young children]. In L. C. Osório & M. E. Valle (Orgs.), *Manual de terapia familiar* [Family therapy manual] (pp. 247–262). Artmed.
- Haubert, C., & Vieira, A. (2014). Símbolos, complexos e a construção da identidade na psicoterapia com crianças [Symbols, complexes, and identity construction in child psychotherapy]. *Aletheia*, 45, 222–237.
- Levisky, R. B. (1997). Grupos com crianças [Groups with children]. In D. E. Zimmerman & L. C. Osório (Orgs.), *Como trabalhamos com grupos* [How we work with groups] (pp. 311–320). Artes Médicas.
- Liebmann, M. (2000). *Exercícios de arte para grupos* [Art exercises for groups]. Summus Editorial.
- Machover, K. (1949). *Proyección de la personalidad en el dibujo de la figura humana: Un método de investigación de la personalidad* [Projection of personality in human figure drawing: A personality assessment method]. Cultural.
- Meireles, A. L., Xavier, C. C., Cortes, M. G., Moulin, Z. S., Proietti, F. A., & Caiaffa, W. T. (2013). Bem-estar da criança e do adolescente: Um construto multidimensional [Child and adolescent well-being: A multidimensional construct]. *Revista Médica de Minas Gerais*, 23(2), 138–148.
- Melo, N. S. A., & Miccione, M. M. (2023). As consequências do divórcio dos pais sobre o desenvolvimento infantil: Contribuição da abordagem cognitivo-comportamental [Consequences of parental divorce on child development: Contribution of the cognitive-behavioral approach]. *Estação Científica*, 8(1). <https://doi.org/10.18815/estacao.v8i1.1245>
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano* [Human development] (12ª ed.). AMGH.

- Piaget, J., & Inhelder, B. (2003). *A psicologia da criança* [The psychology of the child] (18^a ed.). Difel.
- Queiroz, P. P., & Guilhaardi, H. J. (2002). Redução da agressividade e hiperatividade de um menino pelo manejo direto das contingências de reforçamento: Um estudo de caso conduzido de acordo com a terapia cognitivo-comportamental (TCC) [Reduction of aggression and hyperactivity in a boy through direct reinforcement contingency management: A case study in cognitive-behavioral therapy]. *Revista Enfermagem e Saúde Coletiva (REVESC)*, 3(2), 27–39.
- Retondo, M. F. N. G. (2000). *Teste projetivo H.T.P. (Casa–Árvore–Pessoa)* [H.T.P. projective test (House–Tree–Person)]. Casa do Psicólogo.
- Ribeiro, E. G., & Gomes, A. M. (2020). *Estudo de caso clínico: Avaliação clínica psicológica infantil* [Clinical case study: Child psychological assessment]. (Documento institucional). <https://repositorio.usp.br/item/001320742> (repositorio.usp.br in Bing)
- Rodrigues, C. M., & Mishima-Gomes, F. K. T. (2013). As flores estão brotando: Atendimento infantil em consultas terapêuticas [Flowers are blooming: Child care in therapeutic consultations]. *Psicologia Clínica*, 25, 89–100. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652013000100006>
- Silva, J. M. M. (2010). O desenho na expressão de sentimentos em crianças hospitalizadas [Drawing as expression of feelings in hospitalized children]. *Fractal: Revista de Psicologia*, 22(2), 447–456. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922010000200016>
- Silveira, J. M., & Silveiras, E. F. M. (2003). Avaliação de um programa de treino de habilidades elementares de terapeutas comportamentais infantis: Condução de atividades lúdicas [Evaluation of a basic skills training program for child behavioral therapists: Conducting play activities]. *Sobre Comportamento e Cognição*, 11, 267–277. <https://doi.org/10.18815/sobre.v11.0.267-277>
- Telles, T. (2014). *A infância na fenomenologia de Merleau-Ponty: Contribuições para a psicologia e para a educação* [Childhood in Merleau-Ponty's phenomenology: Contributions to psychology and education]. *Revista do NUFEN*, 6(2), 4–14.
- Vicentin, M. C. G. (2020). “Criar o descrentável”: A transicionalidade da infância e o paradoxo da proteção-liberdade [“Childing the unchildable”: The transitionality of childhood and the paradox of protection-freedom]. *Revista ClimaCom*, 7(18). <https://doi.org/10.20396/climacom.v7i18.8662214>
- Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade* [Playing and reality]. Imago.

Disponibilidade de dados

Os dados subjacentes a pesquisa estão informados no artigo

Editores responsáveis

Dr. José Crisólogo de Sales Silva